

ANDREY BORGES DE MENDONÇA

Cooperação
internacional no
PROCESSO PENAL

A transferência de processos

GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

Prefácio

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Feijico, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

Capa: Linotec

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILIA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Mendonça, Andrey Borges de
Cooperação internacional no processo penal - A transferência de
processos / Andrey Borges de Mendonça. -- São Paulo : Thomson Reuters
Brasil, 2021.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-617-7

1. Cooperação internacional 2. Processo penal 3. Processo penal - Brasil
I. Título.

21-8427B

CDU-343.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual penal 343.1(81)
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-6/9427

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO DO AUTOR.....	11
AGRADECIMENTOS.....	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	15
INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO I – INTERNACIONALIZAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS PENAIS E SUAS REPERCUSSÕES PROCESSUAIS.....	27
1. Globalização e internacionalização dos comportamentos penais	27
2. Necessidade da cooperação internacional para uma tutela jurisdicional transnacional adequada.....	36
2.1. Necessidade da cooperação para tutela dos interesses da persecução	38
2.1.1. Cooperação internacional e soberania.....	40
2.1.2. Cooperação Internacional e Estado Constitucional Cooperativo	47
2.2. Necessidade da cooperação para tutela dos interesses do indivíduo.....	53
3. Ampliação da jurisdição penal interna, dos procedimentos paralelos e dos conflitos de jurisdição	59
3.1. Prejuízos decorrentes dos procedimentos paralelos e dos conflitos de jurisdição	68
3.2. A busca pela unidade procedimental (<i>unus processus</i>).....	72
CAPÍTULO II – TRANSFERÊNCIA DE PROCESSOS: ASPECTOS GERAIS	87
1. Breve evolução histórica	90
2. A transferência de processo como forma de cooperação jurídica primária.....	101
2.1. Outras classificações relevantes.....	104

3.	Definição da transferência de processos e seus elementos essenciais	110
4.	Natureza jurídica da transferência de processos: acordo processual internacional	115
5.	Finalidade da transferência de processos e o valor tutelado: melhor administração da justiça	121
6.	Crimes passíveis de transferência	125
7.	Momento da transferência – Quando?	127
8.	Distinção da transferência de processos com outros instrumentos de cooperação jurídica internacional	131
8.1.	Transferência de condenação (reconhecimento ou homologação de sentença penal estrangeira)	132
8.2.	Transferência de presos ou de pessoas condenadas	139
8.3.	Extradição	143
8.3.1.	Conjugação da extradição com a transferência de processos.....	149
8.4.	Comunicação espontânea de informações	151
CAPÍTULO III – APLICABILIDADE DA TRANSFERÊNCIA DE PROCESSOS...		157
1.	Bases normativas e aplicabilidade imediata do instituto	157
2.	Requisitos da transferência de processos	165
2.1.	Pedido: demanda de transferência de processos	165
2.2.	Hipóteses autorizadoras da transferência de processos: elementos de conexão	169
2.2.1.	Imputado é residente habitual no Estado requerido ...	173
2.2.2.	Imputado é nacional do Estado requerido ou este é seu Estado de origem.....	176
2.2.2.1.	Princípio do <i>aut dedere aut judicare</i>	177
2.2.3.	Imputado sofre ou deverá sofrer pena privativa de liberdade no Estado requerido	186
2.2.4.	Litispendência e conexão internacionais.....	187
2.2.5.	Interesse na descoberta da verdade.....	189
2.2.6.	Melhor ressocialização do futuro sentenciado.....	190
2.2.7.	Assegurar o direito de presença	191
2.2.8.	Inviabilidade de executar futura condenação	192
2.2.8.1.	Inviabilidade de cumprir condenação já transitada em julgado	192
2.2.9.	Interesses da vítima	193
2.2.10.	Confisco do produto do crime.....	194
2.3.	Aceitação pelo Estado receptor.....	196

2.4.	Dupla incriminação em concreto (dupla punibilidade).....	197
2.5.	Jurisdição	200
2.5.1.	Transferência de processo sem delegação de jurisdição	200
2.5.2.	Transferência de processo com delegação de jurisdição	203
2.5.2.1.	Delegação de jurisdição no ordenamento brasileiro	207
2.5.3.	Princípio da representação	214
2.5.4.	Transferência de processos entre países de <i>civil law</i> e <i>common law</i>	220
2.6.	Respeito ao princípio do <i>ne bis in idem</i>	223
2.7.	Respeito aos direitos fundamentais mínimos do concernido.....	227
3.	Principais barreiras à aplicabilidade da transferência de processos.....	234
3.1.	Princípio da obrigatoriedade	235
3.2.	Princípio do juiz natural.....	238
3.3.	Outras barreiras à transferência de processos	242

CAPÍTULO IV – PROCEDIMENTO DE ASSUNÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE PROCESSOS DO EXTERIOR PARA O BRASIL.....	251	
1.	Importância da análise do procedimento.....	251
2.	Pedido de transferência de processo	254
3.	Canais de comunicação (vias de comunicação)	255
3.1.	Juízo de admissibilidade pela Autoridade Central.....	257
4.	Juízo competente na recepção de transferência de processos do exterior.....	260
5.	Quem aceita a transferência de processos	264
5.1.	Forma, prazo, efeitos e comunicação da aceitação.....	273
6.	Recusa da transferência de processos.....	276
7.	Controle judicial sobre a aceitação: objeto, função, cognição e momento	278
7.1.	Intimação do concernido para se manifestar	283
7.2.	Intimação da vítima para se manifestar	287
8.	Efeitos da transferência de processos no Estado receptor	290
8.1.	Obrigações de informar	290
8.2.	Obrigações de processar	293
8.3.	Direito aplicável	294

8.4.	Princípio da assimilação. Validade e valor dos atos praticados no estrangeiro	299
8.4.1.	Princípio da assimilação e ordem pública.....	303
8.4.2.	Provas produzidas no exterior.....	306
8.4.3.	Representação	317
8.4.4.	Prescrição.....	320
9.	Princípio da especialidade?	321

CAPÍTULO V – PROCEDIMENTO DE TRANSFERÊNCIA DE PROCESSOS DO BRASIL PARA O EXTERIOR	329	
1.	Introdução.....	329
2.	Análise e decisão de transmitir o processo	330
2.1.	Quem decide sobre a transferência de processos	331
2.2.	Quem pode provocar o MP a transferir o processo para o exterior	332
3.	Comunicação e tratativas prévias	334
3.1.	Para qual país transferir. Procedimento de escolha da jurisdição mais adequada.....	340
3.2.	Critérios para decidir	344
3.2.1.	Critérios primários a serem considerados	344
3.2.2.	Critérios secundários ou subsidiários	348
3.2.3.	Critérios que não devem ser considerados	349
3.3.	Procedimento adequado para escolha	350
3.3.1.	Primeiro tempo: exame e aviso.....	352
3.3.2.	Segundo tempo: procedimento de consulta e reuniões de coordenação	353
4.	Necessidade de intimação do concernido e da vítima para se manifestarem	357
5.	Formalização do pedido de transferência. Condições procedimentais....	359
6.	Canais de comunicação e papel da Autoridade Central	361
7.	Aceitação pelo Estado receptor.....	363
8.	Efeitos da transferência de processo no Estado transferente	364
8.1.	Obrigação de suspender persecução	364
8.1.1.	Fase investigatória. Promoção de arquivamento. Fundamento, procedimento, recurso e efeitos	368
8.1.2.	Fase judicial. Extinção da ação penal. Fundamento, procedimento e recurso.....	373
8.1.3.	Hipóteses em que pode retomar a persecução – reversão do direito de persecução.....	376

8.2.	Necessidade de respeito à decisão estrangeira (<i>ne bis in idem</i>) ...	377
8.2.1.	Conceito de “mesmos fatos” (<i>idem</i>)	378
8.2.2.	Fisionomia da decisão definitiva	382
8.2.3.	Qual sistema normativo de referência?	388
8.3.	Prescrição.....	392
CONCLUSÃO		395
BIBLIOGRAFIA		401
ANEXO I – QUESTIONÁRIO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE PROCESSOS		417
	Metodologia.....	417
	Questionário	417
ANEXO II – PROJETO DE LEI		419
	PROJETO DE LEI N° , DE 2021.....	419
ANEXO III – DISPOSITIVOS DO PROJETO DE CPP REFERENTES À TRANSFERÊNCIA DE PROCESSOS		429